

GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS. UMA QUESTÃO DE LEGISLAÇÃO OU DE EDUCAÇÃO?

Luciana Sacramento Aguiar¹ e Odmir Andrade Aguiar²

Resumo – A cultura de consumo instaurada nas sociedades pós-industriais vêm se apresentando como um dos principais fatores de perturbação ambiental. É preciso centralizar esforços em medidas capazes de gerar transformações culturais mais profundas, não apenas contornar os problemas com normas paliativas. Sobre este ponto de vista a preservação de nossos recursos hídricos dependem de uma intervenção educativa, que ao contrário da intervenção legal, tem caráter preventivo.

1 - INTRODUÇÃO

"Destruindo onde quer que vá, as coisas do Grande Espírito, o Papalagi com sua própria força pretende dar vida, novamente, àquilo que matou, convencendo-se assim de que é o Grande Espírito porque faz muitas coisas. (...) Porque está muito pobre, porque sua terra está muito triste, o Papalagi pega nas coisas, ajunta-as, feito doido que junta folhas murchas e com elas enche a sua cabana. Mas é também por isto que nos inveja e deseja que fiquemos tão pobres quanto eles. (...) O Papalagi fala muito nos pensamentos que tem, deixa que façam tanto barulho quanto crianças malcriadas. Porta-se como se as idéias fossem tão preciosas quanto as flores, os montes, os bosques".(SCHUERMAN, s/data)

O texto compilado por Erich Scheurmann, nos traz a visão do Chefe Samoano Tuiávi sobre a civilização ocidental, mostrando com tamanha sensibilidade e clareza, como um observador externo pode sem esforço identificar os principais defeitos da nossa cultura, e toca no cerne da questão a qual nos propomos refletir. Retrata bem a natureza da sociedade moderna pós-industrial na qual vivemos, onde produção e consumo impulsionam as engrenagens da vida contemporânea, a qual é mais preocupada em *parecer* do que em *fazer*.

Relatórios da Organização Meteorológica Mundial prevêm que no máximo de 50 anos todos os países do mundo estarão sofrendo com o racionamento de água ou com a contaminação de seus mananciais. Qual seria a principal ação a ser tomada para que esta previsão não se confirme?

Certamente aqueles que abusam dos recursos naturais falarão que esta previsão pessimista do futuro será impedida pelo desenvolvimento tecnológico, e aqueles que se beneficiam deste exploradores alegarão que o "povo" tem necessidades prementes que devem ser atendidas imediatamente. Estas e outras afirmativas semelhantes, são vis distorções da realidade que nos são apresentadas continuamente pela mídia.

O desenvolvimento tecnológico-industrial foi responsável por mudanças significativas na qualidade de vida da maior parte das pessoas, em contraponto também aumentou as desigualdades sociais. É verdade que a produção dos bens de consumo são voltados para o bem estar e o conforto daqueles que podem consumir, porém, esse desenvolvimento tem um custo sócio-econômico e ambiental que deve ser considerado. É preciso refletir até que ponto esse desenvolvimento é sustentável? Até que ponto esse modelo de sociedade que estamos construindo é sustentável? O que de concreto estamos fazendo para construir uma comunidade sustentável?

2 - O CONSUMO NA SOCIEDADE PÓS-INDUSTRIAL

As mudanças tecnológicas e industriais na modernidade definiram historicamente as transformações culturais das sociedades capitalistas. A necessidade de se consumir sempre mais sem uma preocupação com o bem estar social faz com que hoje os ditos recursos renováveis, os quais garantiriam a sustentabilidade, estejam se exaurindo pela rapidez que são consumidos.

O desenvolvimento experimentado pela modernidade traz a massificação dos meios de produção industrial, que aumentaram a quantidade, a velocidade e diversidade dos bens produzidos. Juntamente com o consumo de bens o consumo de água teve seu crescimento aumentado a partir da década de 70, na qual as relações capitalistas entre produção e consumo se intensificaram.

Nosso cotidiano foi invadido pela tecnologia eletrônica de massa e individual, saturando com informações, diversão e serviços a experiência cotidiana.(FERREIRA, 1980)

¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - Dep. Educação
Rua Marquês de São Vicente 225, 22453-000, Rio de Janeiro – RJ, Brasil
E-mail: olaguiar@ism.com.br

² Universidade Federal do Rio de Janeiro - COPPE
Programa de Engenharia Oceânica, bloco C, sala 203, 21945-970, Rio de Janeiro – RJ, Brasil. E-mail: olaguiar@ism.com.br

O mundo hoje é pura estética, a sociedade se divide em grupos que comungam de uma ideologia semelhante e com interesses comuns, porém sempre relacionados pela forma e pela maneira que circulam na sociedade de consumo. O consumo torna-se cada dia mais personalizado "somos o que e quanto consumimos". Os valores passam a ser calcados no prazer de usar bens e serviços, o que reina não é mais a coletividade e sim a diversidade e a heterogeneidade. A pressão econômica, social e cultural realizada pela cultura de consumo mobiliza as energias da massa, cada vez mais em direção a realização dos projetos pessoais, causando a fragmentação de um projeto político maior.

Esta perda da consciência de coletividade é que leva os empresários a despejarem resíduos industriais sem tratamento nos rios, do mesmo modo que moradores de comunidades carentes atiram seus resíduos domésticos em córregos e ribeirões. Frente a esta realidade as ações governamentais direcionam-se na dimensão normativa, num esforço muitas vezes inútil, para tentar controlar e inverter a demanda da destruição ambiental.

É evidente que as investidas em legislações reguladoras ou punitivas solitárias, em nada afetam aqueles que degradam e desperdiçam nossos recursos naturais; tanto falando do macro consumidor (grandes corporações) quanto do micro (população em geral). A fragilidade do nosso legislativo, que submete-se muitas vezes as pressões econômicas, comprometendo e distorcendo as reais necessidades sociais, geram leis confusas e incompletas, mascarando na complexidade legal a inviabilidade de execução.

Como preencher então as lacunas deixadas até agora? Como conciliar desenvolvimento e preservação dos recursos naturais não renováveis?

Voltando aos primórdios da história da humanidade, observamos que os caminhos tomados pelos diferentes povos em direção ao desenvolvimento foram delineados pelas possibilidades de cada cultura; ora como determinante, ora determinada, a cultura manteve durante a história uma íntima relação com as novas tecnologias.

Sendo assim, é preciso aliar às tradicionais investidas governamentais, às ações que possam transformar a cultura de consumo estabelecida em nosso tempo. Criar uma contracultura, parece ser a única forma de garantir o desenvolvimento sustentável.

No caso da Gestão de Recursos Hídricos, a criação dos Comitês de Bacias Hidrográficas foi um grande avanço para o desenvolvimento de uma consciência coletiva a respeito da racionalização do uso da água, porém ainda não promove uma mudança nas atitudes daqueles que exploram de maneira desordenada nossos recursos, nem daqueles de modo intencional (ou não) contribuem para a degradação dos mananciais.

Pensar de que forma a massificação da cultura e do consumo atinge a todos nós é um desafio que devemos aceitar.

Nesse turbilhão de descobertas tecnológicas, no meio dessa enxurrada de produtos, da correria do dia-a-dia em busca do desenvolvimento é preciso existir um espaço para a reflexão, um espaço que atinja um grande número de pessoas de todos os grupos sociais, para pesar e medir. A criação de espaços alternativos educativos deve ser vista como um investimento a longo prazo, que progressivamente irão alterando as atitudes dos cidadãos, tendo como principal vertente de ação a construção de uma cultura preservacionista, onde as "necessidades do grupo" prevaleçam sobre a "equivocada necessidade" do indivíduo.

3 - A EDUCAÇÃO AJUDANDO A CONSTRUIR UMA SOCIEDADE SUSTENTÁVEL - CONSTRUÇÃO DE UMA CONTRA-HEGEMONIA

Valendo do importante papel social dos veículos educativos torna-se importante trazer para debate questões que nos leve a pensar sobre os padrões atuais de qualidade de vida, assunto tão em moda com a qualidade total. É importante discutirmos o desenvolvimento de nossa sociedade como um processo que atenda às necessidades da qualidade de vida a qual todos têm direito. É preciso discutir o impacto social e ambiental que o atual ritmo de desenvolvimento nos está impondo.

É um erro pensarmos que a problemática social e ambiental está apenas ligada ao desenvolvimento tecnológico, é também a cultura de consumo, do "*muito é bom, mais é melhor ainda e muito mais parece não ser suficiente*" (RODRIGUES, 1996), que contribui para essa crise. Dessa forma o problema pede também soluções comportamentais, de mudança de valores sociais, repensar as nossas relações com o mundo e com as pessoas que nos cercam.

A discussão sobre um provável racionamento de água poderia levar a uma conscientização da população, principalmente contribuiria para que os jovens e as crianças descobrissem a importância das ações individuais em problemas de proporções mundiais, mostrando que cada um é responsável pelo todo, e como pequenas ações podem resolver grandes problemas.

...num planeta finito em termos da capacidade de suporte em relação ao consumo humano, uma sociedade marcada, principalmente, pelo individualismo egoísta tem o mesmo potencial para sustentabilidade do que uma coleção de escorpiões numa garrafa... (REES apud RODRIGUES, 1996)

A idéia que nos traz o fragmento acima é que o "estilo de vida" de nossa sociedade parece estar fadado ao colapso, já que esbarra no limite da insustentabilidade. Cabe então, agora, apropriarmos do conceito de sociedade sustentável para prosseguir esse trabalho.

Segundo Vera Rodrigues, uma sociedade sustentável pode ser definida como a que vive e se desenvolve integrada à natureza, considerando-a um bem comum. Respeita a diversidade biológica e socio-cultural da vida. Está centrada no pleno exercício responsável e conseqüente da cidadania, com a distribuição equitativa da riqueza que gera. Não utiliza mais do que pode ser renovado e favorece condições dignas de vida para as gerações atuais e futuras.

Nessa perspectiva cabe a escola e outras instituições, como associações civis e comunitárias, organizações não governamentais, proporem em sua prática cotidiana ações que possam mobilizar toda a comunidade a resignificar seu processo de desenvolvimento. Toda comunidade ou pequeno grupo deve ser encarado como um ponto de partida. Junto com essa comunidade devemos discutir e levantar quais os seus problemas, refletir sobre como podemos trabalhar para preveni-los e solucioná-los. Questionar de que forma essa comunidade está inserida e atua na sociedade, e que valores circulam nesse grupo.

A possibilidade que estes agentes educativos têm de integrar a comunidade, torna-os espaços privilegiados para colocar em prática outros modelos de organização social, caminhando para a organização de uma sociedade sustentável. Trabalhar para a transformação dentro desses microssistemas certamente trará contribuições, mesmo que a longo prazo, para toda a sociedade.

4 - REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RECURSOS HÍDRICOS. (1997). Política e sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos. São Paulo: ABRH.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. (1991). Nosso futuro comum. Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- FERREIRA, J. O.(1980). que é Pós-moderno. São Paulo: Ed. Brasiliense.
- ORGANIZACIÓN METEOROLÓGICA MUNDIAL, ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA. (1997). ¿Hay suficiente agua en el mundo?. New York: OMM.
- REIGOTA, M. O.(1984). que é Educação ambiental. São Paulo: Ed. Brasiliense.
- RODRIGUES, V.(1996). Muda o mundo, Raimundo!. Brasília: WWF.
- SCHEURMAN, E. O Papalagui.(s/data). São Paulo: Ed. Marco Zero.